

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 166.595 - RJ (2012/0077073-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : **ESTER DA SILVA SANTOS E OUTROS**
ADVOGADO : **GUSTAVO MACIEL BECKER E OUTRO(S) - RJ081369**
AGRAVANTE : **RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA**
ADVOGADO : **CAMILA OLIVEIRA MAZZARELLA E OUTRO(S) - RJ129434**
AGRAVADO : **OS MESMOS**

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial interposto por ESTER DA SILVA SANTOS e outros, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado:

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE VEÍCULO. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. DIREITO INTERTEMPORAL. ART. 2028 DO CC. AGRAVO RETIDO. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL QUE SE REJEITA. CAUSA MADURA. RÉ QUE AFIRMA NÃO SER PROPRIETÁRIA DO CAMINHÃO QUE CAUSOU O ACIDENTE. INVERACIDADE. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. LÓGICA DO EVENTO. COMPROVAÇÃO DE QUE DO FATO TRANSCORRERAM AS LESÕES QUE OCASIONARAM A MORTE DO PAI DOS AUTORES. NEGLIGÊNCIA AO TRANSPORTAR MERCADORIA EM VIA PÚBLICA, NÃO ACONDICIONADA DEVIDAMENTE, CAUSANDO O FATÍDICO ACIDENTE. RÉU QUE NÃO TROUXE AOS AUTOS OS FATOS IMPEDITIVOS, MODIFICATIVOS E EXTINTIVOS DO DIREITO ALEGADO, NÃO PODENDO SE EXIMIR DA SUA RESPONSABILIDADE. COMPROVAÇÃO DO ILÍCITO, DO NEXO CAUSAL E DO DANO. DANOS MORAIS, ACRESCIDOS DOS JUROS A PARTIR DA CITAÇÃO. DESPROVIMENTO DO AGRAVO RETIDO E PROVIMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO (fl. 281).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

A petição de recurso especial aponta, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 398 e 944 do CC, pretendendo (a) a fixação de juros de mora desde o evento danoso e (b) a majoração do valor arbitrado a título de danos morais (R\$ 8.000,00 para cada autor) e a fixação de honorários de sucumbência sobre o valor total da condenação.

Contrarrazões às fls. 498/511.

É o relatório. Passo a decidir.

Nos termos do Enunciado 2 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*".

Na origem, trata-se de ação de indenização por danos morais ajuizada, em 2009, por filhos de vítima de acidente de veículo, ocorrido em 19.3.1991.

O acórdão recorrido condenou a recorrente "*a pagar aos autores, em partes iguais, o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com juros a partir da citação e correção monetária a contar desta data [do acórdão] data, acrescido dos honorários advocatícios, que arbitro[u] em 10% do valor da condenação*", bem assim, "*a pagar aos autores 1% do valor da causa, diante da litigância de má-fé, na forma do art. 18 do Cód. de Proc. Civil*" (fl. 289).

A parte recorrente, alegando ser irrisório o montante fixado pelo tribunal *a quo*, pleiteia a reforma do julgado.

O Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que somente é admissível o exame do valor fixado a título de danos morais em hipóteses excepcionais, quando for verificada a exorbitância ou a irrisoriedade da importância arbitrada, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Nesse sentido: AgRg no REsp 971.113/SP, Quarta Turma, Rel. Min. **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, DJe de 8/3/2010; AgRg no REsp 675.950/SC, Terceira Turma, Rel. Min. **SIDNEI BENETI**, DJe de 3/11/2008; AgRg no Ag 1.065.600/MG, Terceira Turma, Rel. Min. **MASSAMI UYEDA**, DJe de 20/10/2008.

A respeito do tema, salientou o eminente Ministro **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**: "*A intromissão do Superior Tribunal de Justiça na revisão do dano moral somente deve ocorrer em casos em que a razoabilidade for abandonada, denotando um valor indenizatório abusivo, a ponto de implicar enriquecimento indevido, ou irrisório, a ponto de tornar inócua a compensação pela ofensa efetivamente causada*" (REsp 879.460/AC, Quarta Turma, DJe de 26/4/2010).

Convém ressaltar, ainda, entendimento desta Corte no sentido de que "*a demora na busca da reparação do dano moral é fator influente na fixação do quantum indenizatório, a fazer obrigatória a consideração do tempo decorrido entre o fato danoso e a propositura da ação*" (AgInt no REsp 1269379/RJ, Rel. Ministra **ASSUSETE MAGALHÃES**, SEGUNDA TURMA, DJe, 21.5.2018).

Confira-se, ainda, a ementa do acórdão proferido pela Corte Especial:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. DEMORA NA PROPOSITURA DA AÇÃO. REFLEXO NA FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. PRECEDENTES.

1. A demora na busca da reparação do dano moral é fator influente na fixação do quantum indenizatório, a fazer obrigatória a consideração do tempo decorrido entre o fato danoso e a propositura da ação.

*2. Embargos de divergência acolhidos (EResp 526.299/PR, Rel. Ministro **HAMILTON CARVALHIDO**, CORTE ESPECIAL, DJe, 5.2.2009).*

A jurisprudência desta Corte orienta-se no sentido de que, na fixação da indenização por dano moral, é recomendável que o arbitramento seja feito com moderação, devendo o julgador proceder com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento às realidades da vida e às peculiaridades de cada caso concreto.

No acórdão recorrido, proferido em 2011, o tribunal de origem fixou o valor da indenização por danos morais em R\$ 40.000,00, a ser dividido entre os autores, considerando as peculiaridades do caso, inclusive o tempo decorrido entre o evento danoso (19.3.1991) e a propositura da ação (11.3.2009), à base da seguinte motivação:

Quanto ao valor a ser arbitrado a título de danos morais, considerando a ausência de liquidez da obrigação e o tempo decorrido entre a data do fato e a propositura da presente ação, com o escopo de preservar a segurança jurídica, apurando o valor razoável à indenização, deixo excepcionalmente de aplicar a súmula 54 do STJ, devendo incidir os juros a partir da data da citação, momento em que o réu foi constituído em mora.

Assim, arbitro em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) o valor dos danos morais, considerando que os juros posteriores ao evento até a citação já estão inclusos na referida quantia, devendo esta ser dividida em partes iguais entre os autores, tendo em vista que são descendentes da vítima na linha reta em primeiro grau (fl. 289).

Os segundos embargantes, a seu turno, acusam omissão no aresto atacado, que não se manifestou sobre a incidência do art. 398 do Código Civil, que determina que os juros de mora fluam desde o evento danoso, na linha de orientação da Súmula 54 do STJ, que dizem aplicável mesmo em caso de responsabilidade objetiva e sobre verba referente a indenização por dano moral.

Argumentam, por fim, que houve omissão no julgado, pois não teria havido manifestação expressa acerca do art. 944 do Código Civil, segundo o qual o valor da indenização mede-se pela extensão do dano, e, em vista disso, seria irrisório o quantum indenizatório de aproximadamente R\$ 4.000,00 para cada um dos filhos, em consequência da morte de seu pai, valor muito inferior ao que é concedido em ações decorrentes de indevida inscrição em cadastro dos órgãos de proteção ao crédito (fl. 309).

(...)

Não obstante, cumpre registrar que a jurisprudência dá sinais de que o entendimento sobre o termo inicial dos juros no dano moral pode ser modificado, assim nessa Corte Estadual, como no Superior Tribunal de Justiça, por conta de precedente de sua Quarta Turma, no julgamento do REsp. 903258, em 21/06/2011, no qual, ainda que por maioria, o próprio STJ deixou de aplicar sua súmula 54, para fazer incidir juros de mora desde o arbitramento do dano moral, em vez de tomar como termo inicial o evento danoso, ao comando do art. 398 do Código Civil.

Deste modo, não há qualquer omissão por sanar, uma vez que devidamente fundamentado o acórdão, em especial porque, em meio à jurisprudência vacilante, houve por bem aplicar a regra geral dos arts. 405 do Código Civil e 219 do CPC, para estabelecer a citação como termo inicial para incidência dos juros.

Quanto à extensão do dano, o aresto não deixou de aplicar o art. 944 do Código Civil. Ao contrário, apurou a quantia que se mostra apta compensar os autores, levando em conta, inclusive, o efeito que o lapso temporal entre o evento danoso e a propositura da demanda teria operado no psiquismo dos ofendidos.

Como se vê, inexistente omissão a sanar, não havendo, também, motivo bastante para reverter à decisão atacada (fls. 309/311).

Nesse contexto, não ficou evidente que o *quantum* indenizatório tenha sido fixado em valor desproporcional.

Registre-se, ainda, que a orientação jurisprudencial desta Corte firmou-se no sentido de que é inviável a apreciação de divergência jurisprudencial quanto ao valor fixado a título de danos morais, porquanto ainda que haja semelhança em relação a alguns aspectos dos acórdãos confrontados, cada qual apresenta peculiaridades específicas e contornos fáticos próprios considerados pela instância ordinária ao arbitrar o valor da indenização. Daí a impossibilidade de uma análise comparativa das circunstâncias fáticas que envolvem acórdão recorrido e paradigma. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.065.067/SC, rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe,

16.6.2017; AgRg no AREsp 816.086/PR, rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe 29.3.2016; AgRg no AREsp 832.125/PR, rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe, 21.3.2016; AgRg no Ag 1.232.038/SP, rel. o Des. convocado do TJRS Vasco Della Giustina, Terceira Turma, DJe, 10.5.2011; AgInt no AREsp 1251445/DF, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe, 28.8.2018; AgInt no REsp 1671109/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe, 21.8.2018.

No que se refere aos juros de mora, a orientação jurisprudencial desta Corte firmou-se no sentido de que, tratando-se de dano decorrente de responsabilidade extracontratual, aplica-se a Súmula 54/STJ: "*Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual*".

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CIVIL.

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ALEGAÇÕES DE DESVIO DE FUNÇÃO DO CONDUTOR E CULPA CONCORRENTE DA VÍTIMA. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. SÚMULA 7/STJ. TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS. EVENTO DANOSO. SÚMULA 54/STJ.

- 1. Recurso especial cuja pretensão demanda reexame de matéria fática da lide, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.*
- 2. Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual (Súmula n. 54/STJ).*
- 3. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt nos EDcl no REsp 1419991/ES, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe, 16.10.2018).*

Outrossim, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é inadmissível, na via estreita do recurso especial, a análise do *quantum* fixado a título honorários advocatícios, tendo em vista que tal providência depende da reavaliação do contexto fático-probatório inserto nos autos, cujo reexame compete às instâncias ordinárias e não a esta Corte Superior, conforme vedado pela Súmula 7/STJ. Óbice somente afastado em hipóteses excepcionais, quando demonstrada a exorbitância ou a irrisoriedade da importância arbitrada, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, (REsp 1676264/PI, REsp 1577229/MG, AgRg no REsp 1326834/AM), o que não foi demonstrado no caso, em que a aludida verba foi fixada em

R\$ 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Ante o exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial, apenas para determinar a incidência dos juros de mora a partir do evento danoso.

Publique-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**

Relator

